

CONVÊNIO ACADÊMICO



CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA



Pesquisa “Memória da Constituinte (1987-1988)”

Depoimento

JARBAS PASSARINHO

EQUIPE DE PESQUISA

Antônio Sérgio Rocha (DCS/Unifesp) – Coordenador-geral/Editor

Daniel Menezes (Direito/Mackenzie) – Coordenador adjunto

Andrei Koerner (DCP/Unicamp)

Ademar Seabra da Cruz Junior (MRE/Itamaraty)

Bernardo Ferreira (ICS/UERJ)

Cicero Araujo (DCP/USP)

Eduardo Noronha (DCP/UFSCar)

Jefferson Goulart (DCH/UNESP)

Nascido em Xapuri (Acre) em 1920, Jarbas Gonçalves Passarinho graduou-se pela Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, com aperfeiçoamento na Escola de Oficiais e curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. No Exército, foi instrutor dos cursos de Artilharia do CPOR de Belém de 1943 a 1944. Foi também instrutor do Curso de Artilharia da AMAN, de 1946 a 1948; comandante de Bateria da Academia Militar de Agulhas Negras (1951-52) e chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, de 1962 a 1963. Na atividade civil, foi superintendente da Petrobrás na Amazônia de 1959-60. Em sua trajetória política, foi governador do Pará (1964-65) e senador da ARENA por três mandatos (1967-74; 1975-82; 1986-1995). Presidiu o Congresso Nacional e o Senado Federal de 1981 a 1982. Além disso, foi Líder do Governo Figueiredo no Senado Federal (1979-1980). No Governo Costa e Silva, foi Ministro do Trabalho (1967 a 1969), quando subscreveu o Ato Institucional n. 5. No Governo Médici, foi Ministro da Educação (1969-74). No Governo Figueiredo, foi Ministro da Previdência e Assistência Social (1983-1985). Consultor do Instituto Euvaldo Lodi, para integração empresa/escola, e assessor, desde julho de 1985, da presidência da Confederação Nacional da Indústria, elegeu-se, em novembro de 1986, senador constituinte pelo Pará na legenda do PDS, em coligação com o PMDB, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Na Assembleia Nacional Constituinte, foi presidente da Comissão de Organização Eleitoral e Partidária, 3º. Vice-Presidente da Comissão de Sistematização e co-presidente da Comissão de Redação; foi ainda suplente da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, relativa à Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Foi Ministro da Justiça (1990-92) no Governo Collor, mas deixou o cargo antes das investigações que resultariam no impeachment presidencial. Seu papel de maior relevo foi o de presidente da CPI do Orçamento, já no Governo Itamar Franco. Concorreu ao governo do Pará pelo PPR em 1994, mas foi derrotado pelo tucano Almir Gabriel. Faleceu em 2016.

“Um independente na Constituinte”

A Constituinte foi uma necessidade de confirmação. O regime havia mudado e era preciso fazer uma nova Constituição – e que não fosse derivada mas inicial, original. Foi um momento muito especial da vida brasileira, inclusive pelos relacionamentos acima das divergências políticas que aconteceram nos trabalhos da Constituinte.

Creio que essa necessidade de instituir uma nova ordem política era compartilhada pelo meu partido, o PDS. A divergência que surgiu, e que levou à criação da Frente Liberal, foi mais uma questão pessoal do Sarney e do Bornhausen¹ contra a candidatura do Maluf.² Na ocasião, Sarney até andou dizendo que preferia ser o vice do Maluf. Mas vejam como são as coisas: terminou rompendo com ele. Quando Sarney insistiu com o Presidente Figueiredo para que houvesse uma prévia partidária, ao estilo americano, para a escolha do candidato do PDS, era para evitar que uma decisão da cúpula do partido favorecesse Paulo Maluf. O que se diz é que Figueiredo teria concordado. Acho que foi verdade. Se a prévia tivesse acontecido, Maluf não teria sido o nosso candidato, e quem ganhasse ali teria exatamente a soma de votos para vencer no Colégio Eleitoral. Porque vejam: mesmo quando a esquerda ganhou para governador nos dez maiores Estados brasileiros, em 1982, nós, do PDS, teríamos ganho a disputa pela Presidência da República através do Colégio Eleitoral. Nós tínhamos maioria no Senado e nas Assembleias Legislativas, com um excedente de pelo menos 38 votos sobre as oposições. A história podia ter sido bem outra.

NA CONSTITUINTE

Eu tinha sido o Líder do Governo Figueiredo no Senado Federal e, conseqüentemente, utilizado muito a tribuna. Minha aceitação entre os parlamentares era boa, desde a extrema-esquerda até a direita – embora não na

extrema-direita. Esta não chegou a fazer comigo qualquer tipo de entendimento. Fui, então, uma espécie de independente dentro daquele grupo. Juntamente com Covas e Brossard,³ nós erámos aqueles parlamentares que, quando discursávamos, o Plenário da Câmara dobrava o jornal, o punha de lado e ficava nos assistindo.

Eu tinha vindo do centro, e o bom relacionamento que tive na Consituente se devia a isso. Mas, no primeiro encontro que tive com os demais parlamentares, houve um estranhamento. Eles se enganaram completamente, achando que eu era aquele macaco grande. É, um gorila... Eu lhes disse: “Estou aqui com o Regimento Interno em mãos e vou usar o Regimento como norma para minha conduta nos trabalhos constituinte. Se vocês forem minoria e não conseguirem adesão dos outros que têm maioria, vocês perdem nas votações. Se conseguirem adesão, nós estamos livres de qualquer apoio”. Isso tornou a minha relação com a esquerda muito mais fácil — até mesmo com Haroldo Lima,⁴ que era um sujeito com atuação forte: quando ele falava na Constituinte, a linguagem que usava era sempre muito dura. Mas comigo foi muito respeitoso. Tanto que, quando a Comissão de Sistematização começou a fazer água, Haroldo disse: “Nós precisamos trazer Passarinho para cá, para essa Comissão andar”. Porque a Sistematização não engrenava. Ulysses Guimarães marcava datas para promulgação da Constituição, a data chegava mas ela não podia ser promulgada ainda, porque não existia o Relatório Final aprovado em Plenário. O presidente da Sistematização era o Afonso Arinos⁵ e ele tinha só dois vice-presidentes. Um deles tinha uma posição curiosa: era um deputado da Paraíba que falava muito mal e escrevia muito bem;⁶ o outro não podemos falar aqui, porque era ligado a um ex-secretário do Governo Brizola.⁷ E foi isso o que aconteceu: numa determinada noite, eu fui eleito 3º. vice-presidente da Comissão de Sistematização. Fernando Henrique entrou como 4º. vice, para compor logo a situação. E, de fato, nós tocamos a Comissão de maneira mais rápida.

Naquela ocasião, nosso líder era o Amaral Netto.⁸ A eleição dele como líder do PDS foi, digamos, aceita por comodismo. O grupo do Maluf era sempre minoritário. Amaral Netto não tinha a menor aptidão para condescender com coisa alguma. Mas ficava lá, influenciando a bancada. Quando era necessário, deixava a bancada sozinha votando e ia para Aruba. Ter um comportamento quase independente é que me deu essa projeção na Constituinte.

O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NA CONSTITUIÇÃO

Como eu era coronel, meu partido me indicou para discutir a questão do papel das Forças Armadas na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.⁹ Mas, durante a Constituinte, nunca tive contato com o Alto Comando das Forças Armadas. Me colocava apenas dentro da própria missão que eu tinha como parlamentar.

Nessa Subcomissão, a ultra-esquerda era bem atuante: me lembro bem do Genoíno, do Haroldo Lima e de Lídice da Mata.¹⁰ Eles esperavam que eu fosse lutar muito, para fazer valer o papel que as Forças Armadas têm desde a primeira Constituição republicana no Brasil: a garantia da defesa externa e a ordem interna. As esquerdas eram contra as FFAA na ordem interna, e foi no Plenário que eu disse não a essa tese, argumentando assim: “É muito fácil compreender porque nós não estamos muitos satisfeitos do ponto de vista da proposta de vocês. Se a ordem interna não for defendida por nós, das Forças Armadas, vocês da esquerda vão colocar a Aeronáutica para defender o que estiver a 10 mil metros de altura e a Marinha o que estiver dentro das 200 milhas da costa; enquanto isso, vocês tomam conta do país. Então, nós temos que ter um entendimento nisso”. Eles queriam que qualquer um dos Três Poderes pudesse convocar as Forças Armadas em momentos críticos. Imaginem isso naquele caso do Frota brigando com Geisel no Executivo¹¹... Ou imaginem um parlamentar brigando com outro parlamentar. Mais adiante, eles mudaram de ideia e passaram a defender que fosse o Presidente da República a fazer a

convocação das Forças Armadas. Este foi o principal problema que tive de enfrentar: como estabelecer na Constituição o papel das Forças Armadas. E acabou ficando assim: foi mantido o papel das FFAA como garantidor da ordem interna e a externa, com a cláusula de que qualquer um dos Três Poderes poderia convocá-las. Um pouco depois de terminada a Constituinte, viu-se que isso seria utópico, e passou-se a atribuir unicamente ao Presidente da República a prerrogativa de convocá-las.

O *CENTRÃO*

Durante boa parte da fase inicial, a Constituinte foi facilmente trabalhada pelas esquerdas, que foram avançando em modificações muito grandes. Eu vi, por exemplo, uma cena no Plenário, em que a esquerda corria para lá e para cá com um mapa do Brasil contendo as indicações de concessões em matéria de minérios — inclusive do petróleo. E eles faziam tudo aquilo quase como um rolo compressor. Contra isso, o pessoal conservador foi crescendo, achando que as decisões tinham sido muito violentas. E se formou o tal *Centrão*. Eu cheguei a receber no meu gabinete o filho do Antonio Carlos Magalhães¹² e outras pessoas que representavam o pensamento não totalmente frontal em relação a esquerda, mas que também não eram fanáticos. Agradei, mas não aceitei ingressar o *Centrão*, que, do meu ponto de vista, era um agrupamento muito conservador. Ainda assim, quando eu me convencia do acerto do ponto de vista desse pessoal, eu ia lá na tribuna e discursava. Na ocasião da derrota da proposta deles proibindo a desapropriação de terras produtivas, me lembro que eu fui à tribuna e falei assim: “Atacar a propriedade produtiva é arrasar a feição produtiva do país”.¹³

LEÔNIDAS E OS MILITARES NA CONSTITUINTE

Minha turma militar deu sete generais de 4 estrelas. Mas não tive muito contato com esses colegas durante a Constituinte. Em momentos que precisávamos, nós

fazíamos ligação para um deles, e isso era a mesma coisa que ligar para o chefe de todos.

O General Lêonidas¹⁴ era da Escola Militar do Realengo, de uma turma à frente da minha. Era um sujeito alto, um dos maiores jogadores de voleibol de lá. Eu até fui levantador de voleibol para ele, mas não tive relacionamento com Leônidas na época da Constituinte. Nenhum.

Até onde eu sei, ele foi indicado para o Ministério do Exército a partir da lista que Tancredo deu para o Fernando Lyra.¹⁵ A informação que se tem hoje é que Tancredo pensou em manter o Walter Pires,¹⁶ como forma de neutralizar a linha-dura. Por alguma razão, Walter Pires foi falar com Tancredo e lhe disse: “Eu não acho boa a escolha de Leônidas para Ministro do Exército”. Mas Tancredo o nomeou, sim. O poder no Brasil ainda é do Executivo.

Na Constituinte, a melhor assessoria que vi foi o pessoal técnico das Forças Armadas. Sabem por quê? Porque esses assessores, que eram do Ministério do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica, tinham uma formação técnica impecável e procuravam cada constituinte em seus gabinetes para lhes levar dados e informações do acerto dos pleitos que fazíamos. Um ministro das FFAA despachava com um assessor e esse ficava com a responsabilidade de acompanhar no Congresso Nacional algo ligado à sua Força singular. Faço uma exceção ao pessoal do Itamaraty, que também foi muito bom.

SARNEY: CINCO ANOS OU RETROCESSO MILITAR

Quando houve necessidade de mudar o nome da ARENA, foi Sarney que me pediu para fazer o programa do PDS.¹⁷ Estudei os partidos europeus e me interessei muito pelo Partido Democrata Cristão. Preparei tudo aquilo e levei a ele. Aí vem o estilo do Sarney: “Você vai passar isso pelo Golbery”.¹⁸ “Mas por que eu devo passar pelo Golbery?”. “Porque sem a aprovação dele a gente não apoia”...

Sarney tinha seus assessores também, e mostrou força na Constituinte em dois momentos. Um deles foi no episódio do Humberto Lucena,¹⁹ quando esse parlamentar apresentou uma emenda ao relatório do Cabral, que era parlamentarista, cujo teor assinalava: “Onde se lê Primeiro-Ministro, leia-se Presidente da República”...

A outra demonstração de força dele foi na questão do tempo de mandato. Dentro da Constituinte, esse é um momento muito interessante. Lembrem que, quando Sarney foi assumir o lugar do Tancredo, o mandato presidencial era de seis anos. Ele jurou a Constituição, mas a primeira coisa que ele vai fazer é querer mudar a Constituição. No passado, quando Brossard se dirigia ao Sarney, ele olhava para mim com nítida fisionomia irônica e dizia assim: “O brilhante escritor de *Maribondos de fogo...*”.²⁰ Mas, quando Brossard se torna Ministro da Justiça do Sarney, começa uma outra história. Quando chegou perto da votação final, com Ulysses Guimarães fazendo uma pressão muito grande pelos quatro anos de mandato, fomos chamados para uma conversa com Brossard: Ulysses, pelo PMDB; Marco Maciel,²¹ pelo PFL; um líder do Partido Comunista, já devidamente legalizado, somando-se ainda gente do PDS, do PFL e do outro Partido Comunista — mas sem ninguém do PT. Aconteceu então uma cena que ficou gravada na minha memória: o Ministro Leônidas dando declaração favorável ao mandato de cinco anos para Sarney e criticando Brizola. O objetivo de Leônidas atacá-lo era porque, nas pesquisas de intenção de voto para Presidência da República, Brizola era o mais votado. Um parênteses: eu e Brizola sempre defendemos o nosso ponto de vista: eu no governo e ele na oposição. Mas nunca nos ofendemos. Quando estive muito doente, à beira da morte, toda semana Brizola me telefonava do Rio Grande do Sul para cá, para saber como evoluía meu tratamento. Bom, voltando à reunião: Brossard então entrou e começamos o encontro. Ele nos disse: “O Presidente Sarney me deu uma missão, e é uma missão muito delicada. Por isso chamei aqui os senhores, que representam o número de votos necessário para mudar a Constituição”. E

continuou, dizendo o seguinte: “O que Sarney manda dizer é que ele foi eleito para um mandato de seis anos. Cinco ele aceita. Quatro anos, há duas posições que ele pode tomar. Uma é bater à porta do Supremo Tribunal Federal, para exigir os seis anos. A outra é que ao Supremo ele não iria”. Qual foi então a conclusão que eu tirei? Que Sarney renunciaria. Como não havia mais o Vice-Presidente, a Presidência da República iria direto para o presidente da Câmara, que era Ulysses Guimarães — que não queria isso de maneira alguma. Não porque ele não quisesse ser Presidente da República, mas porque ele ia ter um mandato de apenas um mês e pouco, por força das disposições constitucionais. Aí Ulysses se traiu: “Mas eu já disse ao Sarney que isso não pode acontecer!”. Ele foi chamado e já sabia de tudo... Então eu fechei o circuito: “Se nessa ocasião ele fizer isso, nós vamos ao Leônidas”. Ele trabalhava com o comando militar do país, e essa situação seria muito clara: haveria um retrocesso. Essa era a importância dos cinco anos: era isso ou era a intervenção do Leônidas. Não havia outras opções.

Bem, eu botei isso na cabeça e fiz um discurso no Plenário da Constituinte que me levou a receber um cumprimento do Florestan Fernandes,²² que até me deu um livro dele. Eu disse: “Nós temos que fazer o mandato de cinco anos, do contrário o Presidente Sarney renunciará e a reversão dará início a um processo militar”. Fiz esse discurso e trabalhei nesse sentido. Mas o importante não foi o meu discurso, foi o peso que Sarney tinha como Presidente. Por isso, considero que o Governo Sarney não era tão fraco como se dizia na época. Ele já estava há mais de 40 anos no poder. Dele, Antonio Carlos Magalhães,²³ que era uma figura que eu prefiro não definir, dizia: “Sarney é o maior surfista da história brasileira: está sempre por cima”...

Cheguei a dizer na tribuna da Constituinte que eu era partidário dos 4 anos de mandato, mas com reelegibilidade. Falei assim: “Nós temos dois exemplos: o do Presidente Dutra, que também teve um mandato de 5 anos, embora eleito por uma Constituição que lhe garantia um mandato de seis. E ele costumava dizer:

“Está no livrinho? Se não está no livrinho, eu não aceito”. Fora disso, houve Juscelino Kubstichek, também com mandato de 5 anos e que teve um resultado fabuloso. Conseguimos pelo menos não escandalizar a pressão que Sarney poderia fazer, dando a impressão de que foi um entendimento por parte dos que nos ouviam, dizendo que era necessário votar no 5 anos, sem dizer exatamente o porquê. E foi o que se conseguiu.

A EMENDA ‘PIRATA’ SOBRE OS SERVIDORES MILITARES

Cheguei na Comissão de Redação do meio para o fim de seus trabalhos, quando haveria a sessão final de redação do texto final. Seria mais uma adequação do português do texto já pronto, coisas assim. Foi Ulysses Guimarães que me escolheu para vice-presidente dessa Comissão. Afonso Arinos já estava bem idoso — com uma idade até menor do que eu tenho hoje²⁴.... — e já não ia à Comissão. Fiquei o tempo todo ao lado do Bernardo Cabral e do Ulysses Guimarães e, a uma certa altura, o pessoal da assessoria militar me procurou, dizendo assim: “O senhor já viu isso aqui, que foi votado em Plenário? Nós, militares, não teremos mais férias, nem 13º. salário, nem salário-família”. “Como assim?”. “É que essa parte já foi votada e não incluíram os militares nesses benefícios”.

Entrei nervoso no gabinete de Ulysses e lhe mostrei a armadilha habilmente montada no texto votado em Plenário. Algum esquerdista tinha acrescentado a palavra “civis” ao título da Seção II da Constituição. O que antes era para ser “benefícios e obrigações de todos os funcionários da União” passava a valer apenas para os servidores civis. “E os militares?”, cobrei a Ulysses. Ele falou: “Eu não prestei atenção nisso. Mas temos de resolver”. Eu me exasperei: “Não há como. O texto já está na Comissão de Redação e não cabem mais emendas”. E Ulysses me disse, numa voz baixa: “Apresente uma emenda”. Não podia, era contra o Regimento da Constituinte! E lhe disse: “Um momento, Dr. Ulysses. O senhor me convidou para vice da Comissão de Redação. O que eu quero fazer

implica uma mudança em questão de mérito, então não tem...”. Ulysses subiu o tom: “Apresente!”. E eu fiz!... Lá fui eu, naquela noite, discretamente levar uma emenda à Comissão de Redação, que entrou no final do artigo 42, que trata dos servidores militares, refazendo a isonomia e salvando a incolumidade institucional. De modo que você pega hoje a Constituição, ela diz assim: “Aplicam-se aos militares os artigos tais, tais e tais”. Admito que a emenda pode ter sido uma “muamba”, mas rejeito que tenha sido ilegal. Lembro que o texto final saído da Comissão de Redação foi objeto de uma votação simbólica²⁵ em Plenário da Constituinte.

REGIME DE 64: O CONVÍVIO COM OS PRESIDENTES

Eu discordo da denominação *regime militar* para o período de 1964 a 1985 no Brasil. Porque regime militar foi aquilo que eu vi no Peru, quando estive lá como representante da nação brasileira. Vi o Presidente da República, General Velasco Alvarado,²⁶ em reunião com seu ministério – e todos eram da caserna, todos estavam fardados. Para mim, esse é que foi um regime militar. No caso do nosso país, vou pedir ajuda ao General Geisel para definir o que tivemos: o regime foi uma democracia relativa. Tanto era que vou lhes relatar um episódio curioso, assumindo a responsabilidade da verdade.

Eu era Ministro da Educação e estava acompanhando o Presidente Médici²⁷ a uma partida de futebol no Maracanã, num jogo do Flamengo – já não me lembro contra quem. Nisso, o locutor do estádio resolveu noticiar a presença do Médici no Maracanã. Eu tremi as pernas. Pensei: “Não sei o que vai dar isso aqui”. Mas via mesmo, Médici não recebeu nenhuma, e levou uns 10 minutos sendo aplaudido...

Lembro também de dois episódios que vivi com outro Presidente, o marechal Castello Branco. Havia duas coisas de que Castello falava muito. Primeiro, a grande quantidade de legendas partidárias, em número de treze. Isso ele achava demasiado, e no AI-2 ele aproveitaria para reduzir o número de agremiações —

na prática, a apenas duas. O outro aspecto era o abuso que havia por parte do Parlamento na tramitação das matérias legislativas. A visão de Castello era de que um projeto de lei do Executivo considerado prioritário não podia chegar ao Congresso e ficar sem ser votado por sessões a fio, ou mesmo num período legislativo inteirinho. Eu vi, por exemplo, um projeto sobre o desenvolvimento da Amazônia levar 10 anos no parlamento e não foi nem aprovado nem rejeitado: foi arquivado. Castello achava isso um absurdo, e por isso criou o instituto do decurso de prazo.²⁸ Mas o instituto se generalizou e se desmoralizou: quando se tratava de alguma medida impopular, os senadores se afastavam e deixavam passar por decurso de prazo, para não assumirem a impopularidade que aquele projeto causava.

Fui líder do Governo Figueiredo no Senado. Até hoje não consegui decifrar o enigma de seu comportamento na sucessão presidencial. Golbery estava convicto de que Figueiredo queria continuar Presidente da República. Eu tenho minhas dúvidas. Penso que ele temeu indicar um nome do PDS e vê-lo derrotado pelo Maluf na sucessão.

PROJETO DE LEI DA ANISTIA: O NOSSO E O DELES

Com o Presidente Figueiredo, participei intensamente dos trabalhos relativos ao projeto de anistia política. O Presidente havia me escalado para defender o projeto de anistia na tribuna do Senado Federal. Ele tinha me dito assim: “Com essa anistia, não penso em fazer um pedido de perdão. Não: o que eu quero é esquecer, e não pedir que haja outra atitude por parte da esquerda. Não sendo esquecimento, é pedir arrependimento — e isso eu não peço”.

É bom lembrar que o projeto de anistia estava inserido num planejamento político mais amplo. A estratégia de Golbery e seus auxiliares era fazer a queda do bipartidarismo, em primeiro lugar, e depois a anistia. Pouca gente sabe dessa verdade: quando nós fizemos o projeto de anistia, o nosso projeto era mais amplo que do PMDB, e sabem por quê? Porque Ulysses não queria que Brizola

voltasse ao Brasil e passasse a dominar a oposição.²⁹ Ele também não queria que Miguel Arraes,³⁰ lá de Pernambuco, voltasse ao país. A oposição tratou então de preparar um Substitutivo, que no Legislativo tem preferência para ser votado, no qual eles faziam constar que a anistia só valeria a partir da promulgação dos Atos Institucionais. Com isso, ficavam de fora da anistia política justamente Brizola, Prestes e outras lideranças políticas expressivas. Porque o primeiro Ato Institucional ocorreu em 9 de abril de 1964, e antes disso tinha havido uma ditadura total, com dezenas e dezenas de cassações.

O Governo Figueiredo teve a coragem de enfrentar a reação do grupo da chamada “linha-dura” e colocar no projeto de lei da anistia o perdão aos crimes conexos. Ora, o que eram os crimes conexos para o Presidente e para o seu líder de governo? De um lado, era a tortura e do outro, o terrorismo. Isso naquela época. No momento atual, com o projeto para instituir uma Comissão da Verdade, é algo bem diferente. Eu li a justificativa do projeto remetido à Câmara dos Deputados. Nem sequer se admite votar o terrorismo, só cita a possível tortura. O projeto é unilateral, totalmente unilateral, e só vai criar um ressentimento muito grande naqueles que ainda vivem, porque a grande maioria já morreu. Nós estamos naquela faixa em que se morre muito, e essa gente vai ser defendida por quem? Hoje, a juventude militar não tem conhecimento preciso do que foram os pensamentos que nós tivemos naquela altura, para tentar a reconciliação da família brasileira. No próprio documento que criam, eles declaram que é para verificar as ações praticadas pelo excesso do poder repressivo. Mas eles não contam toda a história. Na Constituinte, quando estávamos começando a votar a abertura da Constituição, com seus direitos e garantias e princípios, exatamente nesse ponto nós vimos o grupo do PT na ocasião, querendo colocar coisas do tipo: “Ah, mas a gente é contra a tortura”. Eu fui para a tribuna defender e fazer acordo. Acho que a tortura é um crime hediondo. Mas, o que vocês me dizem do terrorismo? Por que não se fala de terrorismo e só se fala da tortura? Genoíno foi contra. Disse que eles consideram

o terrorismo uma arma de guerra e a tortura, uma violência indesculpável. Assim não dá.

QUASE NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Houve dois episódios em que eu estive muito próximo de vir a ocupar a Presidência da República. O primeiro ocorreu quando chegou o momento de sucessão do Presidente Médici. Isso está no livro do Daniel Krieger, que narra o episódio.³¹ Krieger foi chamado pelo General Médici, que lhe disse: “Eu quero que o senhor faça uma chapa à Presidência da República composta pelo Passarinho e tendo o senhor como vice”. O senador aceitou e o General Médici veio para reunião com o Alto Comando apresentar essa chapa. Foi aí que se diz que o General Orlando Geisel se manifestou assim: “Eu gosto muito do Passarinho, mas não bato continência para coronel”. E matou a questão. Lá mesmo na reunião, apareceu outra chapa e, no fim, o próprio Ernesto Geisel foi o escolhido.

O outro episódio ocorreu quando eu fui Ministro da Previdência Social do Presidente Figueiredo. Eu já exercera a presidência do Senado e, por conta disso, tinha um bom relacionamento com o Congresso Nacional. Soube então que os governadores do PDS insistiam em contar com uma candidatura para que nós ainda conseguíssemos fazer o sucessor do Figueiredo. E, pela primeira vez — pouca gente se dá conta disso — em 1982, nós jogamos com um Colégio Eleitoral atualizado. Porque o Colégio era sempre anterior. Quer dizer, quando se votava, por exemplo, a sucessão do Costa e Silva ou a sucessão do Médici, era com o Colégio Eleitoral pré-existente, no qual nós tínhamos maioria. Em 1982, a composição do Colégio Eleitoral foi jogado para as próprias eleições. Ainda conseguimos uma vitória, e o Colégio Eleitoral manteve-se majoritário para nós — em grande parte, por causa das vitórias nas Assembleias Legislativas estaduais.

Bom, eu fui então procurado pelo Governador Wilson Braga,³² da Paraíba, pelo Governador de Alagoas, Divaldo Suruagy,³³ e pelo governador do Rio Grande do Sul, que era Jair Soares.³⁴ Eles me disseram que estavam levando ao Figueiredo três nomes — partindo, entretanto, do pressuposto da renúncia do Maluf. Os outros dois, Aureliano Chaves e Marco Maciel, já tinham retirado a candidatura. Só restava Maluf como obstáculo. Eles levariam ao Presidente três nomes: o meu, o do General Rubens Ludwig,³⁵ que tinha sido Ministro da Educação, e o nome do Costa Cavalcanti.³⁶ Contaram-me depois que, quando eles chegaram ao Figueiredo, ele disse: “Podem procurar o Maluf, mas não falem meu nome. Eu não os autorizo a pedir que Maluf renuncie. Vão lá tentar convencê-lo. Se ele renunciar, vocês voltam a mim para nós discutirmos nomes”. O General Ludwig não podia, porque ele era general-de-brigada — com duas estrelas, portanto. Ao contrário do episódio do Daniel Krieger comigo, agora os meus colegas eram generais de quatro estrelas e já tinham até ido para casa por velhice. De maneira que nem havia mais a questão da patente de coronel complicando o quadro.

Em 21 de julho de 1984, quando desembarquei em Brasília de uma viagem a São Paulo, estava me aguardando no aeroporto o presidente do PDS, deputado Augusto Franco.³⁷ Ele me confidenciou que o General Medeiros, então chefe do SNI, lhe havia dito: “Temos candidato. É o homem que voa”... Daí a poucos dias, eu teria uma audiência de rotina com o Presidente Figueiredo. Por via das dúvidas, anotei na pauta de assuntos a tratar com ele: “Definição política”. No dia 24 de julho, tivemos uma audiência tensa. A certa altura, Figueiredo me disse: “Nesta mesma mesa aqui, há 15 dias, eu disse ao Medeiros que o único nome que poderia levar o PDS à vitória era o seu. O partido se uniria em torno de você. Os governadores que me visitaram ontem...”. E deixou a frase inacabada. Tive a impressão de que Figueiredo nunca se entusiasmou com a possibilidade de minha indicação. Ele continuou assim: “Você viu o Hélio Beltrão?” — que eu

tinha substituído na pasta da Previdência. Ora, que bestalhão!” Eu liguei a televisão e vi ele dizer: “Ofereço meu nome ao partido como uma alternativa”... Então pensei: “Vou ser outro bestalhão? Não vou. Não me meto nisso de maneira nenhuma”. E disse ao Figueiredo: “Olha, Presidente, a mim basta que o senhor tenha pensando no meu nome”. Esses foram momentos marcantes.

BOLSONARO, “MAU MILITAR”

Ah, esse homem eu nunca pude suportar! Já tive com ele aborrecimentos sérios. Ele é um radical e eu não suporto radicais — inclusive os radicais da direita. Eu não suportava os radicais da esquerda e não suporto os da direita. Pior ainda os da direita, porque só me lembram o livrinho da Simone de Beauvoir sobre *O pensamento de direita, hoje*: “O pensamento da direita é um só: o medo. O medo de perder privilégios”.

Bolsonaro irrita muito os militares, porque, quando está em campanha eleitoral, em vez de ele ir ao Clube Militar, como oficial, ele vai pernoitar no alojamento dos sargentos — pra ganhar a popularidade dele. Quando eu fui Ministro da Justiça de Collor, recebi a visita de uma viúva de um brigadeiro de quatro estrelas. Ela era pensionista, portanto. Sabe que a pensão dela, naquela ocasião, no Governo Collor, era o que um cabo recebia na ativa? Collor então me autorizou a tentar fazer uma modificação daquilo, para ter pelo menos um pouco mais de dignidade. E ele, Bolsonaro, me viu fazendo isso. Ficou calado, veio com a esposa dele lá do Rio de Janeiro e, em seguida, foi para tribuna e deu aquilo como projeto de lei dele. Por aí vocês veem quem é essa pessoa.

Como disse Geisel, Bolsonaro foi um mau militar.³⁸ Ele só não perdeu o posto de capitão porque foi salvo por um general que era amigo dele, no Superior Tribunal Militar (STM). O Ministro do Exército, que era Leônidas Pires Gonçalves, rompeu com esse general por causa disso.³⁹

Bolsonaro começou a se projetar quando era aluno da escola de aperfeiçoamento de capitães. Deu uma entrevista falando dos baixos salários que os militares recebiam.

Ele já teve um aborrecimento comigo. Um cadete meu, que depois foi paraquedista e fez parte da luta contra a guerrilha do Araguaia, Lício Maciel⁴⁰ — que esteve à morte, uma guerrilheira atirou na boca dele... quase foi o seu fim — e Lício foi na conversa do Bolsonaro, que o levou para uma sessão na Câmara dos Deputados. Ele entrou e levou o Lício, que começou a dizer: “José Genoíno, você tenha a coragem de dizer aqui na minha frente que foi torturado... Você mente! Você foi preso por mim, pelo meu grupo”. Então, Bolsonaro submeteu esse rapaz a um vexame, porque ele entrou numa sessão do Congresso Nacional. Eu escrevi um artigo e mostrei a total imprudência e irresponsabilidade do deputado: submeter um oficial brilhante, digno, que tinha exercido sua atividade contra a guerrilha sem nunca ter participado de uma violência física, e ao contrário, a sofreu, para depois ser expulso de uma sala da maneira vergonhosa como foi!...

E Bolsonaro escreveu para o *Correio Braziliense* me metendo o pau. Me insultou, dizendo que eu era um escondido da esquerda, um infiltrado, não sei o quê. E mais ofensas de natureza pessoal. O *Correio* não publicou. E ele ficou indignado. Eu não gosto nem de falar sobre ele, porque tudo isso me volta à mente. E o pior é que os militares, inclusive depois do meu silêncio por doença, perderam espaço. Eu perdi meu espaço no *Estado de S. Paulo*, no *Jornal do Brasil*, que infelizmente faliu, no *Correio Braziliense*, no *Estado de Minas*. Então, desapareceu a voz que tinha uma penetração na área mais nobre da mídia. E figuras como Bolsonaro acabaram ganhando mais importância do que deveriam.

REMINISCÊNCIAS DE UM *HÍBRIDO FÉRTIL*

Tive trinta e quatro anos de vida política. Desse tanto, passei dez anos em Ministérios e vinte e quatro como parlamentar no Senado Federal. Certa vez, o jornal *O Globo* publicou uma notícia de que eu era comunista. Vejam só o que eu já passei: fui tido como comunista num determinado momento e ‘gorila’ noutros tantos. Se é para plagiar, vou plagiar Raymond Aron.⁴¹ Em uma passagem do seu livro de memórias, ele diz que, na vida, foi um espectador engajado. Eu sempre fui mandado a cumprir, eu não cheguei a Presidente da República. Essas são as lembranças que eu tenho na minha vida para trás. Às vezes, é duro a gente viver bastante tempo, porque ficamos ou cínicos ou radicais — ou um sujeito que o tempo todo quer fugir das duas coisas.

É isso: fui militar, mas com larga experiência em cargos civis. Um híbrido, em suma. Mas um *híbrido fértil*. Foi isso que Roberto Campos escreveu uma vez no jornal *O Globo*, num artigo sobre os híbridos férteis que ele havia conhecido e que admirava: um era o Costa Cavalcanti, o outro, Ney Braga.⁴² E o terceiro era eu. Mas, na verdade, quem entrou direto ali, do quartel-general para política, fui eu. Porque Ney Braga já tinha sido prefeito de Curitiba e Costa Cavalcanti foi várias vezes deputado federal. E depois o Roberto, conversando comigo, repetiu: “Você é um híbrido fértil”. Porque híbridos de um modo geral não são férteis...

O depoimento foi concedido na residência do Ministro Passarinho, em Brasília, na tarde de 08 de abril de 2011, com a participação dos pesquisadores Ademar Cruz, Antônio Sérgio Rocha, Jefferson Goulart e a pós-graduanda Lígia Freitas.

NOTAS

¹ Jorge Konder Bornhausen nasceu em 1937 no Rio de Janeiro. Formou-se em Direito pela PUC-RJ em 1960. Foi vice-governador de Santa Catarina em função da cassação do mandato de Francisco Dall'Igna. Bornhausen foi escolhido ao cargo pela Assembléia Legislativa por ser filiado à ARENA, partido político que sustentava o regime militar de 1964. Assumiu a presidência do PDS após curto espaço de tempo em 1984 e, em 1985, migrou para o PFL, sendo eleito presidente nacional da legenda. Mas renunciou ao cargo ao ser nomeado Ministro da Educação do Governo Sarney.

² Paulo Salim Maluf, nascido em setembro de 1931 na cidade de São Paulo, é empresário, engenheiro e político brasileiro. Iniciou sua carreira política na ARENA, durante o regime militar. Foi duas vezes prefeito e governador de São Paulo, assim como secretário dos Transportes e candidato à Presidência da República. Associou-se ao conservadorismo e ao populismo durante sua carreira política, que também foi marcada por seguidas acusações de corrupção e outros crimes. Apesar de todas as denúncias, Maluf nunca foi condenado.

³ Paulo Brossard de Souza Pinto nasceu em 1924 em Bagé (RS). Em 1947, formou-se em Direito pela UFRGS. Defensor histórico do parlamentarismo, foi eleito deputado estadual pelo PL em 1954, 1958 e 1962. Após o golpe de 1964, filiou-se ao MDB e foi eleito deputado federal em 1966. Candidatou-se a Senador em 1970; com sua derrota nas urnas, retornou ao magistério e à advocacia. Eleito senador em 1974 com 485 mil votos de vantagem, foi 1º vice-presidente nacional do MDB (1975-1979). Em 1978, foi candidato a Vice-Presidente da República na chapa do General Euler Bentes Monteiro; ambos seriam derrotados no Colégio Eleitoral pelo General João Figueiredo e por Aureliano Chaves, candidatos da ARENA, por 355 votos a 266. Em 1982, foi derrotado por Carlos Chiarelli (PDS) ao tentar a reeleição. Escolhido Consultor-Geral da República pelo Presidente Sarney, foi posteriormente nomeado Ministro da Justiça. Em 1989, deixaria o cargo em virtude de sua escolha para ministro do Supremo Tribunal Federal. Presidindo o Tribunal Superior Eleitoral em 1992, comandou a realização do plebiscito sobre a forma e o sistema de governo do Brasil em 21 de abril do ano seguinte, conforme previa a Constituição de 1988. Aposentou-se do STF em 1994 e faleceu em 2015.

⁴ Haroldo Lima, nascido em outubro de 1939 na Bahia, é político brasileiro e descendente do Barão de Caetité, que foi o primeiro Governador eleito do Estado da Bahia. Durante sua formação em Engenharia Elétrica pela UFBA (1958), militou em movimentos estudantis como a Juventude Universitária Católica, União dos Estudantes da Bahia (UEB) e a UNE. Entre 1961 e 1963, participou do grupo que fundou a Ação Popular (AP), movimento revolucionário armado que posteriormente fez oposição ao regime militar. À época da promulgação do AI-5, também organizou politicamente os trabalhadores rurais da Bahia, para combater o regime, até que em 1969, vai para São Paulo, de onde coordena a Comissão Nacional Camponesa. Com isso, passa a compor a Comissão Executiva do Comitê Central do PC do B. Foi preso e torturado pela repressão, sendo posto em liberdade em 1979 pela Lei da Anistia. Em meados de 1981, junta-se a um grupo e funda o PMDB na Bahia, passando a organizar atividades comunistas dentro do partido. Em 1982, é eleito deputado federal e em seguida, com a legalização dos partidos de esquerda, pode filiar-se novamente ao PC do B. Foi

deputado federal constituinte e apresentou cerca de 1.200 emendas ao Projeto de Constituição, conseguindo aprovar várias delas. Foi derrotado na eleição para o Senado Federal em 2002, sendo nomeado diretor geral da Agência Nacional do Petróleo no Governo Lula. Faleceu em 2021.

⁵ Afonso Arinos nasceu em 1905 em Belo Horizonte (MG). Formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 1947, elege-se deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN). Em 1951, apresenta projeto de lei que tornava contravenção penal a discriminação por raça ou cor, que ficou conhecida como ‘Lei Afonso Arinos’. Em 1954, como líder da oposição na Câmara dos Deputados, tornou-se um dos dirigentes da campanha contra Getúlio Vargas. Em 1958, elege-se Senador. Em 1961, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores por Jânio Quadros, retornando ao cargo em 1962, durante o Governo João Goulart. Mas volta-se contra o Presidente e apoia o golpe militar de 1964. E depois afasta-se dos militares por discordar da legislação autoritária. Apesar disso, colabora com o Governo Geisel, propondo reformas constitucionais. Foi eleito senador constituinte em 1986 (PFL-RJ) e presidiu a Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte. Faleceu em agosto de 1990.

⁶ Era o deputado Aluizio Campos, do PMDB. Aluizio Afonso Campos nasceu em outubro de 1914, foi advogado, administrador de empresas e pecuarista. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, em 1959. Em sua carreira política foi Deputado Federal pelo PMDB, e um dos maiores juristas da Paraíba. Marcou também a sua presença na história do Brasil como deputado constituinte e um dos autores do preâmbulo da Constituição Federal de 1988.

⁷ Tratava-se do deputado Brandão Monteiro, do PDT-RJ. José Carlos Brandão Monteiro nasceu em abril de 1938, no Maranhão. Foi bancário, professor e advogado formado em Direito pela Faculdade Feredal do Rio de Janeiro em 1960. Durante sua graduação, foi presidente do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), em 1961, e vice - presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1963. Foi funcionário do Banco do Brasil até ter seus direitos políticos suspensos pelo regime militar instaurado no país, em abril de 1964, após a deposição do presidente João Goulart. Cassado com base no Ato Institucional nº 1 (9 de abril de 1964), passou a exercer a carreira de advogado. Preso pela primeira vez em 1967, figurou na lista de perseguidos da Anistia Internacional. Foi preso mais de 11 vezes mas não chegou a ser condenado. Com o fim do bipartidarismo, em novembro de 1979, ajudou a fundar, em maio do ano seguinte, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), elegendo-se por ele à Câmara dos Deputados, pelo Rio de Janeiro, em novembro de 1982. Chefiou a Secretaria de Transportes até meados de 1986, quando se desincompatibilizou do cargo para se candidatar a Deputado Federal Constituinte, tendo em vista o pleito de novembro do mesmo ano. Eleito na legenda do PDT assumiu sua cadeira em fevereiro de 1987, participando dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte como líder de seu partido, Segundo Vice-Presidente da Comissão de Sistematização e membro suplente da Subcomissão do Poder Executivo da Comissão da Organização dos Poderes e sistema de Governo. Sua atuação como Constituinte foi pautada pela defesa de teses nacionalistas e estatizantes e pela preservação do “trabalhismo varguista”.

⁸ Fidélis dos Santos Amaral Neto nasceu em maio de 1921 no Rio de Janeiro. Foi político e jornalista brasileiro. Iniciou a carreira jornalística fundando a Tribuna da Imprensa ao lado de

Carlos Lacerda com quem combateu os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Eleito Deputado Estadual pela UDN da Guanabara em 1960 e Deputado Federal em 1962, foi para o MDB tão logo o Regime militar de 1964 baixou o Ato Institucional Número Dois que instituiu o bipartidarismo. Reeleito em 1966, migrou para a ARENA no ano seguinte sendo reeleito em 1970 e 1974 passou a representar o estado do Rio de Janeiro a partir de 15 de março de 1975. Derrotado ao buscar um novo mandato em 1978, ingressou no PDS e foi reeleito em 1982, 1986 e 1990. Candidatou-se a prefeito do Rio de Janeiro pelo PDS nas eleições de 1992, mas foi derrotado. Conquistou seu oitavo mandato pelo PPR em 1994, mas em razão de um acidente automobilístico licenciou-se do mandato e ao falecer estava filiado ao PPB. Amaral Neto teve como principal bandeira em sua carreira política a defesa pela adoção da pena de morte no país.

⁹ Além disso, o senador Passarinho era presidente da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.

¹⁰ Lídice da Mata e Sousa nasceu em 1956, na Bahia. Formou-se em Ciências Econômicas pela UFBA em 1982. Elegeu-se vereadora em sua estreia na vida pública, em 1982, pelo PMDB, na maior vitória da oposição ao Regime Militar em todo o País, episódio que tornou Salvador conhecida como a Capital das Oposições. Em sua passagem pela Câmara de Salvador, entre 1983 e 1986, foi líder da bancada do PMDB e do PCdoB, partido ao qual filiou-se logo após sua legalização, em 1985. Em 1986, elegeu-se pela primeira vez, deputada federal, participando da Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Concorreu ao governo da Bahia, em 1990. Mesmo ficando em terceiro lugar, entrou para a história com uma chapa majoritária feminina e socialista, formada por Lídice, Salete e Beth, que ficou conhecida como As Três Marias. Em 1992, ainda filiada ao PSDB, Lídice da Mata elegeu-se a primeira prefeita de Salvador. Em 2006, Lídice voltou ao Congresso Nacional, eleita Deputada Federal pela Bahia. Em 2010, integrando a chapa majoritária do governador Jacques Wagner, foi eleita a primeira senadora da Bahia, pelo PSB.

¹¹ Esse caso refere-se ao momento em que o general Dale Coutinho veio a falecer, sendo substituído pelo General Sylvio Frota, da “linha dura”. Este, sendo um postulante à sucessão presidencial, e não encontrando apoio de Geisel, rompeu com o governo disparando contra o regime e causando um clima de instabilidade que custou a ser vencido.

¹² Trata-se do deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), parlamentar de muita influência na Constituinte. Faleceu em abril de 1998.

¹³ Isso ocorreu em 4 de maio de 1988.

¹⁴ O General Leônidas Pires Gonçalves foi escolhido Ministro do Exército por Tancreto Neves, como parte da estratégia de neutralizar a linha-dura contra eventuais golpes. Leônidas exerceu forte pressão sobre a ANC em defesa da agenda das FFAA no documento constitucional, conforme ele próprio relata em seu depoimento à equipe do Cedec.

¹⁵ Fernando Soares Lyra nasceu em outubro de 1938 em Caruaru (PE). Formou-se pela Faculdade de Direito de Caruaru em 1964. Começou sua vida pública pelo MDB ao ser eleito deputado estadual por Pernambuco em 1966. Fernando Lyra fez parte dos "autênticos do MDB" - parlamentares que, dentro e fora do Congresso, desafiavam a ditadura, lutando pela

democracia. Candidato a deputado federal foi eleito em 1970, 1974 e 1978 e transitou do "grupo autêntico" para a ala dos "moderados" ao longo de sua estadia em Brasília, sobretudo por sua aproximação com Tancredo Neves. Após o fim do bipartidarismo ingressou no PMDB em 1980 e foi reeleito deputado federal em 1982 afastando-se do mandato para ocupar o Ministério da Justiça no início do Governo Sarney, indicado que fora por Tancredo Neves em reconhecimento ao seu papel de coordenador político na campanha do político mineiro rumo ao Planalto em 1985. Reeleito deputado federal em 1986, ingressou no PDT no ano seguinte e em 1989 foi candidato a vice-presidente na chapa de Leonel Brizola nas eleições daquele ano não chegando, porém, ao segundo turno que foi disputado entre Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva. Em 1990 foi eleito primeiro suplente de deputado federal sendo efetivado em 1º de janeiro de 1993 quando já estava filiado ao PSB. Há mais de 40 anos na vida pública, exerceu seu último mandato de deputado federal até 1998, quando não disputou a eleição: garante que seu estilo de atuação não tem mais espaço no Congresso. Faleceu em 2013.

¹⁶ Walter Pires de Carvalho e Albuquerque nasceu em junho de 1915. Foi General de Exército e graduou-se em aspirante a oficial da cavalaria em 1937, na Escola Militar do Realengo em 1937. Em sua carreira política, Walter Pires foi Ministro do Exército no governo de João Figueiredo.

¹⁷ Partido Democrático Social, criado em 1980 no bojo da criação do pluripartidarismo pelo Governo Figueiredo. Sucessor da ARENA, foi extinto em 1993, após seus integrantes aprovarem a fusão com o PDC para criar o Partido Progressista Reformador (PPR). De uma dissensão em seus quadros surgiria o Partido da Frente Liberal, em janeiro de 1985, e que atualmente é o DEM.

¹⁸ Golbery de Couto e Silva nasceu em agosto de 1911 e, São Paulo. Foi militar e geopolítico brasileiro, formado na Escola Militar do Realengo em 1927. Golbery Couto e Silva foi odiado pela linha-dura e radicalmente anticomunista e antidemocrático. Era nacionalista e defensor da industrialização subordinada ao estrangeiro. Nomeado para o Conselho de Segurança Nacional do governo Jânio Quadros, foi surpreendido pela renúncia do presidente e movimentou-se amplamente pelo impedimento da posse do vice Jango. Foi dele a idéia de oferecer a Goulart a Presidência sob regime parlamentarista, solução de compromisso finalmente aceita. Já na reserva, passou a liderar o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), e ligou-se ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e ao Movimento Anticomunista na intensa conspiração contra o governo. Com o sucesso do golpe de 1964, foi nomeado por Castelo Branco chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), com status de ministro. Juntamente com Geisel, tinha grande influência sobre o presidente, mas caiu no ostracismo durante o predomínio da linha-dura, que chegou ao poder com Costa e Silva, e foi trabalhar na filial brasileira da multinacional Dow Chemical em 1969. Golbery aconselhava a "distribuir pauladas à esquerda e à direita", mas também a demonstrar boa vontade para com ambos, como em 1978, quando ocorreu a revogação do AI-5, o restabelecimento do habeas-corpus para crimes políticos, a anistia aos cassados 10 anos antes. Acreditava que inimigos deveriam ser enfraquecidos e monitorados, nunca aniquilados, para não fortalecer demais um outro lado nem criar mártires. Guiou-se por essa visão ao conduzir a distensão. Em 1979, foi reconfirmado no Gabinete Civil pelo novo presidente, João Figueiredo. Sua permanência seria curta: em 1981, divergindo da atuação em relação ao recrudescimento do terrorismo de direita, saiu do governo e ingressou na diretoria do Banco Cidade. Até sua morte, em 1987, aos 76 anos, manteve-se afastado da vida pública.

¹⁹ Humberto Coutinho de Lucena nasceu em abril de 1928 em São Paulo. Foi político e advogado brasileiro formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Recife em 1951. A primeira eleição de Humberto Lucena foi para a assembleia legislativa estadual em 1950, sendo eleito pelo PSD. É reeleito deputado estadual em 1954 e chega a ter a liderança do partido na casa legislativa. Em 1958, concorre a uma vaga de deputado federal na câmara e mais uma vez é eleito pelo PSD. Se reelege em 1962, 1966 e 1974. Com o golpe de 1964 e o bipartidarismo, Humberto Lucena filia-se ao MDB. Nas eleições de 1978 é eleito senador, tornando-se líder do partido no Senado. Com a anistia e o fim do bipartidarismo, permanece no MDB agora PMDB sendo seu líder de 1982 a 1984 e líder do PMDB e do governo José Sarney em 1985. Em 1987 pela primeira vez assumiu a presidência do Senado retornando no biênio 1993-1994. É de sua autoria a emenda de manutenção do presidencialismo no Brasil na constituição de 1988.

²⁰ *Marimbondos de Fogo* é um livro de poemas do político e escritor brasileiro José Sarney, publicado em 1978. Dois anos depois de sua publicação, Sarney foi eleito "imortal" da Academia Brasileira de Letras. A obra já recebeu críticas negativas de intelectuais como Millôr Fernandes, o qual descreveu *Marimbondos de Fogo* como "um livro que quando você larga não consegue mais pegar".

²¹ Marco Antônio de Oliveira Maciel nasceu no Recife em 1940. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1963. Maciel começa a carreira política em 1967, ao se eleger deputado estadual pela ARENA. Lecionou Direito Internacional Público na Universidade Católica de Pernambuco entre 1967 e 1971, ano em que é eleito deputado federal, reelegendo-se em 1975. Em 1979 é indicado pela Arena para governar Pernambuco e em 1984 elege-se senador pelo Partido Democrático Social (PDS). Em 1985 participa da fundação do Partido da Frente Liberal (PFL). Nomeado ministro da Educação e Cultura, fica no cargo de março de 1983 a fevereiro do ano seguinte. Ocupa a presidência do PFL em 1987, é eleito senador em 1990 e, como resultado da coalizão entre seu partido e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1994 é escolhido para a Vice-Presidência na chapa encabeçada por Fernando Henrique Cardoso, substituindo o ex-governador alagoano Guilherme Palmeira, excluído por causa de denúncias de corrupção. A coalizão vence as eleições e mantém a mesma composição nas eleições de 1998, reelegendo-o.

²² Florestan Fernandes nasceu em julho de 1920 em São Paulo. Foi sociólogo e político brasileiro, formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo em 1941. Tornou-se professor da USP na década de 40, sendo afastado em 1969. A partir daí passa a lecionar em universidades do Canadá e dos EUA. Denunciou a marginalização do negro na sociedade na tese *A Integração do Negro nas Sociedades de Classe* (1964). Dedicou-se, também, ao estudo das sociedades indígenas, da educação e da modernização, além da análise crítica da sociologia. Aborda o processo revolucionário latino-americano em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973). Em 1975 escreve *A Revolução Burguesa no Brasil*, sobre as classes dominantes do país e sua resistência às mudanças históricas. Volta ao Brasil em 1977. É professor na PUC de São Paulo, a partir de 1979, retornando à USP em 1986. É considerado o fundador da sociologia crítica no Brasil. Além da atividade acadêmica, destacou-se pela militância política de esquerda, elegendo-se deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1986 e 1990.

²³ Antonio Carlos Peixoto de Magalhães nasceu em setembro de 1927 na Bahia. Foi médico, empresário e político brasileiro, formado em Medicina pela Universidade Federal da Bahia em 1952. Apesar de exercer a função de médico no serviço público durante vários anos, ACM (Como é nacionalmente conhecido) também atuou como jornalista. Trabalhou como redator do jornal "Estado da Bahia", órgão dos Diários Associados. Também foi redator de debates da Assembléia Legislativa baiana. ACM também teve atuação na vida acadêmica. Foi assistente e depois professor adjunto da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Sua carreira política se iniciou em 1954, quando elegeu-se deputado Estadual em 1954 pela extinta UDN (União Democrática Nacional). Em 1958, elegeu-se deputado federal, sendo reeleito em 1962 e em 1966. Em 1967 foi nomeado prefeito de Salvador. Em 1970 foi indicado para ser governador do Estado da Bahia pela primeira vez. Logo após terminar seu mandato como governador, foi nomeado em 1975 pelo então presidente da República Ernesto Geisel para a presidência da Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S.A). Em 1978, foi novamente eleito governador da Bahia por meio de um colégio eleitoral. Governou o Estado entre os anos de 1979 e 1983. Em 1995, foi nomeado pelo presidente José Sarney para o cargo de ministro das Comunicações. Permaneceu no cargo até março de 1990, quando se licenciou para disputar, desta vez por meio de eleições diretas, o governo da Bahia. Foi eleito no primeiro turno. Em 1994 foi eleito novamente senador da República. Presidiu a Casa entre os anos de 97 a 2001. Em 30 de junho de 2001, durante as investigações sobre a violação do painel eletrônico do Senado, renuncia ao mandato para preservar seus direitos políticos. Em 2002, foi novamente reeleito para o Senado.

²⁴ Noventa e um anos de idade. Passarinho viveria até os 96 anos.

²⁵ Trata-se de uma modalidade de votação em que a Mesa Diretora consulta o Plenário se todos estão de acordo com a matéria em pauta, manifestando-se somente aqueles em discordância. Por contraste, proclama-se a decisão.

²⁶ Juan Francisco Velasco Alvarado nasceu em julho de 1910 no Peru. Foi militar e político. Como chefe do Comando de Conjunto das Forças Armadas do Peru, liderou um golpe de Estado em outubro de 1968, que depôs o presidente Fernando Belaunde Terry, eleito democraticamente. Com o golpe, Velasco também promoveu a desapropriação de uma companhia de petróleo operacional no país, e formou um gabinete composto por ministros militares e civis, que nacionalizou todo o setor de petróleo. Impôs severas restrições à liberdade de imprensa e apreensão expropriar vários jornais e estações de televisão. Instituiu uma reforma agrária, a fim de acabar com a oligarquia. Em seguida, tentou nacionalizar setores-chaves da economia, através de medidas protecionistas e intervencionistas. Internacionalmente, o governo do militar promoveu uma política de não alinhamento, sob o slogan "nem o capitalista nem o comunista".

²⁷ Emílio Garrastazu Médici nasceu em dezembro de 1905 no Rio de Janeiro. Foi militar e político brasileiro. Em 1957 assume a chefia do Estado-Maior da 3ª Região Militar da capital gaúcha a convite do então comandante daquela unidade, general Arthur da Costa e Silva, com quem estabelece forte amizade. Promovido a general-de-brigada em 1961, é comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, no Rio de Janeiro, por ocasião do golpe de 1964. Apóia a derrubada do presidente João Goulart, bloqueando a passagem das tropas leais ao governo pela rodovia Rio-São Paulo. Durante o regime militar, ocupa o cargo de adido militar em Washington, Estados Unidos, e o de chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) antes de ser nomeado comandante do 3º Exército em 1969. Eleito presidente da República

pelo Congresso Nacional nesse mesmo ano, governa até 1974 de forma extremamente autoritária, impondo restrições às liberdades democráticas, como a censura à imprensa e o combate rigoroso aos movimentos estudantis, sindicais e de esquerda. Respalda a repressão num eficiente sistema de propaganda e no crescimento do PIB brasileiro, obtido graças ao fenômeno do "milagre econômico", resultante da industrialização crescente. O período correspondente a seu governo é chamado de "anos negros da ditadura".

²⁸ Tratava-se de uma regra que estabelecia que, no caso da não votação de um projeto de lei no prazo de 45 dias em cada uma das Casas do Legislativo federal, esse projeto ficava automaticamente aprovado, convertendo-se em lei.

²⁹ Leonel de Moura Brizola havia sido cassado pelo Ato Institucional de 09 de abril de 1964, perdendo seus direitos políticos. Exilou-se no Uruguai, onde possuía fazendas. Estando lá, Brizola acabou se tornando um ponto focal para o encontro de outros descontentes com o regime militar. Assim que chega, reúne todos os exilados em um cinema e faz um discurso inflamado, iniciando a organização do grupo de exilados e criando o embrião do que viria se tornar o Movimento Nacionalista Revolucionário, possivelmente o desencadeador da luta armada no Brasil. Depois do Uruguai, muda-se para os Estados Unidos e em seguida para Portugal. Com a anistia de 1979, volta para o Brasil. Tenta reorganizar o PTB, mas perde a sigla numa disputa com outros trabalhistas na Justiça Eleitoral. Funda então o Partido Democrático Trabalhista (PDT), pelo qual se elege governador do Rio de Janeiro em 1982 e em 1990. É o candidato do PDT à Presidência da República em 1989 e em 1994. Em 1998 é candidato à vice-Presidência, na chapa de Luís Inácio Lula da Silva.

³⁰ Miguel Arraes de Alencar nasceu em dezembro de 1916 no Ceará. Foi político, advogado e economista brasileiro. Entrou na política em 1947, indicado para a chefia da Secretaria da Fazenda pernambucana. Em 1950 elegeu-se deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD). Assumiu novamente a Secretaria da Fazenda em 1959 e, no mesmo ano, vence as eleições para a prefeitura do Recife pelo Partido Social Trabalhista (PST). Chegou ao governo do estado em 1962, apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e fez uma administração popular. Foi responsável, por exemplo, pelo Acordo do Campo, uma negociação entre as ligas camponesas e os usineiros que estende o salário mínimo aos trabalhadores rurais. Em 1964 é deposto pelos militares e vai para o exílio na Argélia. Só voltando ao Brasil com a anistia, em 1979. Arraes retomou a atividade política no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e foi o deputado federal mais votado do Nordeste em 1980 e, quatro anos depois, tornou-se governador de Pernambuco. Em 1990 deixou o PMDB e filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), pelo qual se elegeu deputado federal no mesmo ano. De 1994 a 1998 ocupou pela terceira vez o cargo de governador de Pernambuco.

³¹ *Desde as missões...* Saudades, lutas e esperanças. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

³² Wilson Leite Braga nasceu em julho de 1931, e foi advogado, empresário e político brasileiro. Exerceu cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador da Paraíba, Vereador e Prefeito de João Pessoa. Passou por várias agremiações partidárias como PSB, ARENA, PDT, PDS, PFL, PSDB, PMDB e ultimamente está filiado ao PSD onde exerce o cargo de Deputado Estadual. Antes de entrar na carreira política, foi líder estudantil na década de 50 com destaque na Casa do Estudante em João Pessoa e representante da UNE

na Paraíba quando cursava Direito na Faculdade de Direito da Paraíba atual UFPB .No ramo empresarial, Wilson Braga detinha o controle de emissoras de rádios no estado como a Rádio Sanhauá de João Pessoa , Rádio cidade FM de Piancó e Rádio Educadora de Conceição.

³³ Divaldo Suruagy nasceu em março de 1937 em Alagoas. É economista, e político, formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas em 1959. Presidente da Central de Abastecimento S/A (CEASA) e da Companhia de Silos e Armazéns de Alagoas, tornou-se afilhado político do governador Luiz Cavalcanti que o nomeou secretário de Fazenda, cargo ao qual abdicou para disputar e ser eleito prefeito de Maceió pelo PSD em 1965, naquele que seria o último pleito direto durante vinte anos. Cumprido o seu mandato, ingressou na ARENA e foi eleito deputado estadual em 1970, destacando-se tanto como líder da bancada quanto como líder do governo Afrânio Lages. Tamanho afincou garantiu sua escolha como cargo indicado de governador do estado, "cargo biônico", pelo presidente Ernesto Geisel em 1974, e sua gestão como chefe do executivo assegurou sua eleição para deputado federal em 1978. Membro do PDS a partir de 1980, foi eleito governador em 1982 nas primeiras eleições diretas para governadores do país no período da Ditadura Militar e, durante o curso de seu novo mandato, apoiou a candidatura de Tancredo Neves à presidência da República, e a seguir ingressou no PFL em 1986, ano em que foi eleito senador. Em 1994 foi eleito para o seu terceiro mandato de governador, quando já estava filiado ao PMDB. Entretanto, uma situação de grave crise político-financeira forçou sua renúncia ao cargo em 17 de julho de 1997, quando o seu vice-governador Manuel Gomes de Barros, Mano, tomou as rédeas do poder estadual. Em 17 de julho de 1997, milhares de servidores públicos protestaram contra a desvalorização dos trabalhadores ao então governador Divaldo Suruagy. Houve quebra-quebra nas ruas e, finalmente, aconteceu a queda do governador Suruagy; o fato ficou conhecido como "A queda de Suruagy". Eleito suplente de deputado federal em 1998, logrou efetivação no mandato após as eleições municipais do ano 2000.

³⁴ Jair de Oliveira Soares nasceu em novembro de 1933 no Rio Grande do Sul. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais, começou a vida pública como chefe de gabinete do então presidente da Assembléia Legislativa, deputado Gustavo Langsch, em 1960. Foi presidente do Departamento de Compras do Estado entre 1967 e 1970, e secretário da Administração e da Saúde. Foi ministro da Previdência no governo João Figueiredo, vereador de Porto Alegre, deputado estadual e federal. Jair Soares foi o primeiro governador eleito pelo voto direto depois da redemocratização do país. Elegeu-se deputado estadual em 2002. Candidato à prefeitura da capital gaúcha em 2004, foi derrotado por José Fogaça. Em 2006 não se reelege para a assembléia gaúcha, ficando, entretanto, com a segunda suplência.

³⁵ Rubem Carlos Ludwig nasceu em 1926 no Rio Grande de Sul, e foi militar e político brasileiro. Foi ministro da Educação e Cultura no governo João Figueiredo, de 27 de novembro de 1980 a 24 de agosto de 1982 e professor no Exército. Recebeu numerosas condecorações no Brasil, Paraguai, França e Portugal.

³⁶ José Costa Cavalcanti nasceu em janeiro de 1918 no Ceará, e foi militar e político. Iniciou sua carreira militar na Escola Militar do Realengo em 1935 e morou nos Estados Unidos entre 1950 e 1951. Promovido a tenente-coronel em 1959, foi nomeado Secretário de Segurança Pública de Pernambuco por influência do Ministro da Guerra Henrique Lott. Filiou-se à UDN e foi eleito deputado federal em 1962. Ativo opositor do governo João Goulart, foi entusiasta de sua deposição embora discordasse da opção branda do presidente Castelo Branco no que concerne a implementar as diretrizes do Regime Militar de 1964. Reeleito deputado federal

pela ARENA em 1966, licenciou-se do mandato ao ser nomeado Ministro das Minas e Energia pelo presidente Costa e Silva, em 15 de março de 1967, permanecendo à frente do cargo até 27 de janeiro de 1969 quando foi reposicionado no Ministério do Interior. Como ministro de estado foi um dos participantes, em 13 de dezembro de 1968, da 43ª sessão do Conselho de Segurança Nacional que aprovou unanimemente a vigência do Ato Institucional Número Cinco, marco do endurecimento da ditadura militar brasileira. Com o afastamento do presidente da República por questões de saúde e a ascensão de uma junta militar em 31 de agosto de 1969 foi mantido no ministério e lá permaneceu ainda durante todo o governo Emílio Garrastazu Médici. Em abril de 1974 foi nomeado diretor-geral de Itaipu pelo presidente Ernesto Geisel e exerceu a função até o fim do governo João Figueiredo, em 1985, cargo que a partir de 1980 acumulou com a presidência das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras).

³⁷ Augusto do Prado Franco nasceu em setembro de 1912 no Sergipe, e foi médico, empresário e político, formado em Medicina pra Faculdade de Medicina da Bahia em 1937. Com a deposição do presidente João Goulart e a instauração do Regime Militar de 1964, logo foi imposto o bipartidarismo e nisso Augusto Franco optou pela ARENA sendo eleito deputado federal em 1966 e senador em 1970. Augusto Franco foi escolhido como novo Governador do Sergipe pelo próprio Geisel em 1978. Em novembro de 1979 o Congresso Nacional aprovou projeto restaurando o pluripartidarismo e nisso ingressou no PDS, o novo partido governista. Renunciou ao mandato por ocasião das eleições de 1982 e foi eleito para o seu segundo mandato de deputado federal com a maior votação proporcional do país. Seu último ato político foi a filiação ao PFL visto que não disputou a reeleição em 1986. Com o passar dos anos assumiu a presidência da Fundação Augusto Franco, sendo que a sede do governo sergipano foi rebatizada em sua homenagem.

³⁸ Os pesquisadores Maria Celina D´Araujo e Celso Castro entrevistaram Geisel ao longo de várias sessões entre 1993 e 1996. O material foi editado em livro, publicado pela Fundação Getulio Vargas: *Ernesto Geisel* (1997). As passagens que citam Bolsonaro são de depoimento concedido em 28 de julho de 1993, durante o Governo Itamar Franco. À época, Bolsonaro era deputado federal. Nesses trechos da entrevista, Geisel afirmou que os “militares devem ficar fora da política partidária, mas não da política geral”. Segundo ele, todo político que começa a se “exacerbar em suas ambições” logo imagina uma revolução a cargo das Forças Armadas. “Neste momento em que estamos aqui conversando, há muitos dizendo: ‘Temos que dar um golpe. Temos que derrubar o presidente! Temos que voltar à ditadura militar!’ E não é só o Bolsonaro, não! Tem muita gente no meio civil que está pensando assim”, disse Geisel aos pesquisadores. “Presentemente, o que há de militares no Congresso? Não contemos o Bolsonaro, porque o Bolsonaro é um caso completamente fora do normal, inclusive um mau militar. Mas o que há de militar no Congresso? Acho que não há mais ninguém” (pp. 111-113).

³⁹ Esse e vários outros episódios envolvendo Bolsonaro no período em que pertenceu ao Exército foram examinados e documentados minuciosamente no livro de Luiz Carvalho Maklouf, *O cadete e o capitão – a vida de Jair Bolsonaro no quartel*. Editora Todavia, 2019.

⁴⁰ Lício Augusto Ribeiro Maciel nasceu em Maceió em 1930. Engenheiro militar, paraquedista e oficial graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), com formação no Combate de Selva, participou do contingente das Forças Armadas que combateu e derrotou a chamada Guerrilha do Araguaia, movimento de resistência armada criado pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) nas matas

do Araguaia durante a ditadura militar, na região do Bico do Papagaio, numa região de fronteira dos Estados do Pará, Maranhão e Goiás (hoje Tocantins). No ataque à guerrilha, com a patente de major, ficou conhecido pelo codinome de 'Dr. Asdrúbal'.^[1] Segundo relatos, participou ativamente da prisão e morte de dezenas de guerrilheiros, assim como da prisão de José Genoíno, que depois seria político de projeção nacional no PT, e a escaramuça na selva, quando consta que teria sido ferido com um tiro no rosto pela guerrilheira Lúcia Maria de Souza, "Sônia", que teria sido executada em seguida pela patrulha que ele comandava. Em 2004, as versões do coronel vieram a público, com depoimentos apenas do lado militar, através do livro *O coronel rompe o silêncio*, de Luiz Maklouf Carvalho, lançado pela editora Objetiva em 1994. No livro, o autor compara as versões dos militares com versões dos guerrilheiros que estiveram no Araguaia. Em 2008, Lício Maciel lançou um livro chamado *Guerrilha do Araguaia - Relato de um Combatente*, no qual apresenta sua versão sobre os eventos no Araguaia. O coronel Jarbas Passarinho foi quem escreveu o prefácio da obra. Também organizou o polêmico livro *Orvil - Tentativas de Tomada do Poder* (O Livro Negro do Terrorismo), que mais uma vez traz a versão dos militares para a resistência armada no Brasil da ditadura. Lício Maciel foi um dos primeiros denunciados pelo Ministério Público Federal, em 2021, por crimes cometidos durante o regime militar.

⁴¹ Raymond-Claude-Ferdinand Aron nasceu em março de 1905 em Paris. Foi um filósofo, sociólogo e comentarista político francês. O humanismo e liberalismo de Raymond Aron faziam contraponto ao existencialismo marxista de outro intelectual francês de sua época, Jean-Paul Sartre. Em "O ópio dos intelectuais", de 1955, o sociólogo criticou o conformismo de esquerda e as tendências totalitárias dos regimes marxistas. A partir da observação da realidade de sua época, o filósofo tentou explicar a atração exercida pelo marxismo sobre muitos intelectuais europeus, com quem entrou em conflito. Para Aron, a doutrina de Marx para a sociedade, a economia e a política parecia divorciada da evolução econômica e social do mundo ocidental. Foi um colunista influente do jornal conservador *Le Figaro* e do semanário *L'Express*, nos quais escreveu até sua morte, em 1983.

⁴² Ney Aminthas de Barros Braga nasceu em julho de 1917 no Paraná e foi militar e político brasileiro. Entre 1935 e 1937, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Em 1938 volta a Curitiba como aspirante a oficial, e em 1950 no terceiro Regimento de Artilharia Montada de Curitiba é promovido a major. Ney Braga é nomeado, por ato do novo Governador, membro integrante do Conselho Regional de Desportos do Paraná em 1951, e apóia formalmente a criação da "Cruzada Democrática", que era um grupo que criticava os militares "nacionalistas" aos quais Getúlio Vargas estava aliado. Em 1952, Ney Braga aceita o convite do Governador Bento Munhoz da Rocha Neto para assumir a antiga chefatura de Polícia do Estado do Paraná. A partir de então, Ney Braga deixou de ser somente militar e começou a construir a sua longa trajetória na liderança política, e mesmo sem estar filiado a qualquer partido, Ney Braga vence as primeiras eleições diretas para prefeito de Curitiba em 1954. Em 1958 elegeu-se deputado federal pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1961 elege-se governador do Estado do Paraná e governará entre 1961 e 1965, agora já como uma das maiores lideranças políticas nacionais, do Partido Democrata Cristão. E em 1963 atinge o posto de general do Exército. Em 1964, com o Golpe Militar, Ney Braga foi escolhido para assumir o Ministério da Agricultura do presidente e marechal Humberto de Alencar Castello Branco e lá ficou de 19 de novembro de 1965 a 12 de agosto de 1966. No ano seguinte (1967) foi eleito senador do Paraná pela ARENA. Em 1968, Ney faz parte de um grupo de senadores da ARENA que se manifesta publicamente contra o AI-5. Mesmo sendo militar, Ney Braga era oposição ao AI-5, foi inclusive ameaçado de cassação, permanecendo no ostracismo

político durante o governo de Emílio Médici. Foi senador até 1974, quando assumiu o Ministério da Educação do Governo Ernesto Geisel. Então Ney Braga volta a ser governador do Estado do Paraná, por eleições indiretas, de 1979 a 1982. Em 1982, Ney Braga tenta mais uma vez eleger-se senador. Seu vínculo com as forças armadas é a principal causa de não ter sido eleito. Ao se desincompatibilizar para concorrer ao senado, Ney passa o cargo de governador a seu vice-governador, José Hosken de Novaes, e em 1985, Tancredo Neves convida Ney Braga para assumir a presidência da Itaipu Binacional, na qual ele encerra sua carreira política em 1990.